



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141018 - SP (2021/0004325-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : JONATHAN VINICIUS VIANA DE JESUS (PRESO)
ADVOGADO : SÉRGIO PALACIO - SP093388
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORRÉU : RODRIGO PATESI DOS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JONATHAN VINICIUS VIANA DE JESUS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 2237551-98.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 16/9/2020 e posteriormente denunciado como incurso no art. 155, § 4º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Irresignada com a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal local, tendo sido denegada a ordem.

Aduz o recorrente a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decretação da medida extrema, argumentando a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar e a insuficiência de fundamentação do decreto prisional.

Requer a concessão de medida liminar para que seja colocado em liberdade. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja revogada, em definitivo, a prisão cautelar impugnada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente